

RAMANESCENTES MATERIAIS DO PERÍODO POMBALINO NO AMAPÁ

Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque (*);(**);

(*) Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco,

(**) Pesquisador do CNPq

Introdução

O Período pombalino tem sido motivo de um revisionismo por parte da historiografia moderna que se dedica ao tema. O personagem Marquês de Pombal, acusado por muitos como “déspota esclarecido” ou ainda de “centralista e autoritário” não se constitui em objeto deste estudo. Os resultados de sua política administrativa tanto para Portugal como para o Brasil, enquanto colônia, também não serão nossos objetivos. Nos ateremos a analisar alguns dos monumentos e cidades erguidas neste período e seus reflexos na conjuntura geopolítica brasileira.

A região amazônica, e no caso particular deste estudo, o atual Estado do Amapá, foi objeto de interesse do expansionismo europeu. Espanhóis, ingleses, franceses, além dos portugueses, tentaram aqui se estabelecer. Os holandeses e ingleses chegaram a implantar plantações de fumo e a construir fortificações em diferentes localidades da região amazônica.

Durante o período pombalino Portugal sentiu a necessidade estratégica de ocupar efetivamente a região. Em um curto período de quatro anos chegou-se a construir sessenta cidades na região amazônica. Prevaleceu nesta política o princípio do *utis possidetis*, ou seja, a área deveria ser ocupada por súditos do Rei de Portugal. Praticamente toda a Amazônia foi “cercada” por povoações ou fortificações. No noroeste foi construído o Forte Príncipe da Beira, em frente a atual Bolívia, no Amapá foi construída, pelo mesmo arquiteto, a Fortaleza de São José de Macapá, além da Vila de Macapá, a Vila Nova de Mazagão e a Vila Vistoza da Madre de Deus.

A Fortaleza de São José de Macapá além de garantir o canal norte do Rio Amazonas, protegeria a Vila de Macapá e as demais vilas e povoados. A Vila Nova de Mazagão deveria apoiar Macapá e por ela ser apoiada em caso de guerra. Enfim, a nível de planejamento, deveria haver um apoio recíproco entre todas estas localidades.

Na realidade, a Vila Nova de Mazagão e principalmente a Vila Vistoza da Madre de Deus eram conhecidas sobretudo através da documentação textual. Quanto à Fortaleza de São José de Macapá, acreditava-se que não tinha sido completamente construída¹.

O governo do Estado do Amapá solicitou uma ampla pesquisa arqueológica ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Esta pesquisa permitiu uma nova “leitura” da Fortaleza, inclusive descobrindo um complexo sistema de defesa em sua parte externa.

Metodologia

Três problemas diferentes se afiguravam, exigindo distintas abordagens. Além do levantamento

documental, textual e iconográfico, comum a todos, a pesquisa de campo exigiu técnicas distintas, considerando-se além dos objetivos buscados a disponibilidade de informações.

Resultados

Fortaleza de São José de Macapá

A Fortaleza de São José de Macapá, praticamente envolta pela cidade, já fora alvo de diferentes pesquisas específicas, documentais e de campo, como a realizada por Dora Monteiro Alcântara e Antonio Pedro Gomes de Alcântara²

Internamente a Fortaleza fora restaurada na segunda metade do século XX. Entretanto das obras externas de defesa registradas na iconografia, apenas restavam aparentes o fosso e um revelim. As demais obras projetadas, supunha-se, ou não haviam sido construídas ou teriam sido destruídas.



Figura 1 - Planta da Fortaleza de São José de Macapá que mostra o Estado em que se achava a Construção das Obras projectadas quando no Anno de 1773 se mandarão suspender.

Das quatro faces da Fortaleza, a pesquisa arqueológica resgatou em duas delas o caminho coberto que a circundava. Resgatou ainda um redente capaz de comportar quatro peças de artilharia, cobertas por seu parapeto em terra.

Também uma praça de armas sobre um ângulo saliente do caminho coberto, há muito descaracterizada

por aterros, escondida por toneladas de metralha, lixo e construções recentes, foi resgatada pela pesquisa arqueológica.



Figura 2 - Foto aérea da Fortaleza, modificada para assinalar o local das descobertas.

Apenas nas faces anteriormente ocupadas por um clube social, e pelo porto que se instalou junto à Fortaleza, as antigas obras externas de defesa projetadas, não foram localizadas. As terraplanagens havidas, as construções da sede social, dos campos de esportes e da piscina, removeram quase por completo os vestígios da bateria baixa que fora projetada para a face voltada para o Rio Amazonas.

O porto que se instalou ao lado da Fortaleza, foi decorrente do igarapé que controlava o volume das águas do antigo Lago Macapá, assinalado na iconografia. Projetara-se utilizar um desvio de suas água para alimentar o fosso hídrico que envolvia o baluarte de São José. Em algum tempo as águas fugiram ao controle, espreadando, dominando a área externa de uma das faces da Fortaleza.



Figura 3 - Antiga foto aérea onde se observa embarcações junto à Fortaleza.

Se naquela face haviam obras externas de defesa, não restaram traços aparentes. Também ali não realizamos pesquisa arqueológica, vez que a área já fora ocupada com novas obras. Entretanto, a ruína do paredão de pedras que continha o caminho coberto em frente àquele baluarte, sinaliza no sentido de que as obras externas de defesa estendiam-se em todo o entorno da Fortaleza.

O resgate arqueológico das obras externas de defesa permitiu com que a Fortaleza retomasse, pelo menos em parte, a sua amplitude, sua grandiosidade,

sobretudo considerando-se a época de sua construção e o contingente populacional da área no período.



Figura 4 - Praça de armas no ângulo saliente sobre o caminho coberto, descoberto através da pesquisa arqueológica.



Figura 5 - Ângulo saliente do caminho coberto, em frente ao revelim. Descoberta arqueológica.



Figura 6 - Redente resgatado através da pesquisa arqueológica.

A Nova Mazagão (Velho).

Nos meados do século XVIII, já não se mostrava muito fácil arregimentar colonos voluntários para a América. Por outro lado, no reinado de D.José, a política portuguesa assumia novos rumos.

Praticamente todas as colônias portuguesas no norte da África haviam caído ou em mãos inimigas (Safim, Azamor, Alcácer-Ceguer e Arzila) ou haviam sido cedidas politicamente (Ceuta, Tânger). Restara apenas Mazagão, no Marrocos. A intensificação dos conflitos em Marrocos coincidiu com um período em que a política portuguesa buscava intensificar o povoamento das fronteiras de sua colônia americana, garantindo assim as reservas do ouro que vinha sendo explorado.

Os dois problemas confluíram para a solução: transplantar para a América a colônia de Marrocos. Construir uma Nova Mazagão na Amazônia.

A Nova Mazagão não deveria ser instalada nas proximidades de Belém, sede do governo do Grão Pará.. Para os antigos “guerreiros do cristianismo” estava reservada uma nova ‘missão’. A nova vila deveria compor a estratégia de defesa da entrada do Amazonas³

A grande transformação que a transferência para o Grão Pará traria aos mazaganistas abrangia desde as condições ambientais, às condições sócio-econômicas. A velha Mazagão do Marrocos com seu clima mediterrâneo, à borda do mar envolvia condições climáticas e de salubridade a que se haviam acostumado por mais de dois séculos as gerações de colonos portugueses. Por outro lado, no Marrocos a sociedade mazaganense, originária de cruzados, guerreiros, nos momentos de paz desenvolvia atividades comerciais. As expectativas na Amazônia diferiam bastante. Tanto em termos de clima, de salubridade, de convívio com a mata e com a fauna, como ainda, e talvez principalmente, com a expectativa da atividade econômica. Havia sido treinados para comerciantes, combatentes, não para lavradores. A própria constituição da população, em termos de homens livres e escravos, revela a composição urbana do contingente. Se a atividade comercial poderia ser exercida com dignidade, o trato direto com a terra aviltava. A produção agro-pecuária apenas poderia ser exercida através de escravos. E era pequeno o número de escravos das 340 famílias que chegaram ao Pará, para fazer face às atividades de uma ‘plantation’; insuficiente mesmo para a agricultura de subsistência, sem envolver os homens livres. E a colônia de Mazagão se previa exatamente que fosse capaz de se auto-sustentar⁴. Ao que parece, ao chegarem em Lisboa aqueles colonos portugueses já haviam passado por muitas privações nas terras marroquinas.

Uma parte daquelas famílias, 167 delas foi transferida para a nova vila que se fundara, especialmente para recebê-los: a Nova Mazagão. Uma vila planejada, composta de muitas quadras que se distribuíam nas terras firmes às margens do Rio Mutuacá, que posteriormente recebeu o nome da Vila (hoje Rio Mazagão). A vila prosperou, tornando-se uma das grandes produtoras da região. Seus produtos, comercializados e transportados através do rio, iam abastecer Belém.

Do mesmo modo que aconteceu a muitas vilas de então, no século XIX, Nova Mazagão foi assolada por epidemias. Desgostosos com a situação, e provavelmente atribuindo as moléstias aos ‘maus ares’, a maior parte da população migrou, dispersando-se. O

foro de vila exauriu-se com a saída da maior parte da população; a antiga vila praticamente desapareceu. Uns poucos moradores permaneceram, conta-se que na maioria negros.

Na realidade pouco se conhecia das antigas vilas de Nova Mazagão e Vila Vistoza da Madre de Deus. O estudo realizado por Renata Maucher⁵ resgatou uma farta documentação textual e iconográfica, sobretudo relacionada à Nova Mazagão.

Por outro lado o povoado existente às margens do atual Rio Mazagão, guardava em sua memória e tradições populares, estreita ligação com a história dos povoadores trazidos de Marrocos.

A prospecção arqueológica realizada pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE no entorno do Povoado de Mazagão Velho permitiu uma avaliação preliminar da correspondência espacial entre o atual povoado e a antiga ‘Nova Mazagão’, bem como o potencial de vestígios arqueológicos da área.

O trabalho realizado abrangeu etapas de gabinete e de campo, onde se buscou inicialmente a análise comparativa entre o traçado do povoado atual e o traçado proposto para a Vila da Nova Mazagão, por Sambucetti.

A despeito de pequenas distorções entre o atual traçado do povoado e a planta fornecida, reveladas durante a checagem em campo, Muitos pontos de coincidência puderam ser observados.

Um ponto entretanto, chamava a atenção. A presença de ruínas de uma construção em pedras, em meio à floresta que circunda o povoado, fora da área habitada.



Figura 7 - Aspecto das ruínas antes da pesquisa arqueológica.

O traçado apresenta muitas semelhanças com outras obras propostas por Sambucetti para a região (a matriz de Macapá, por exemplo).

Um ponto, entretanto, é díspar em relação à documentação histórica: sua localização. Segundo todas as plantas até o momento identificadas com a Vila de Nova Mazagão, a igreja seria construída nas proximidades do Rio e não naquele ponto, distante das águas.

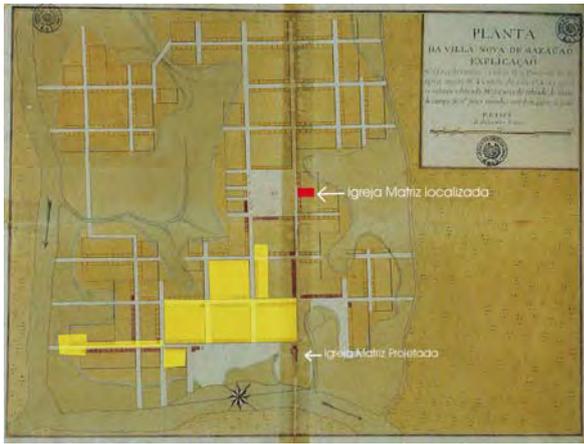


Figura 8 - Sobre planta de Sambucetti, assinalado em amarelo a dimensão atual do povoado. Estão ainda assinaladas as posições da matriz, no projeto e a posição das ruínas localizadas.

Por outro lado, do ponto de vista do traçado urbanístico, a igreja localizada nas proximidades do rio, de acordo com a planta da cidade, divergia das práticas de então, quando a matriz era, quase sempre posicionada no conjunto da praça principal, compondo com a casa de Câmara, o pelourinho, e demais prédios públicos.

A superposição da antiga planta da Vila ao terreno, indica que o local ocupado pela ruína da igreja corresponde a um dos lados de uma grande praça, na qual teria sido construído o pelourinho.

Um outro aspecto revelado pela prospecção realizada diz respeito à técnica de construção utilizada e ao material empregado.



Figura 9 - Vista do alicerce da parede da nave onde se pode observar a seqüência de lacunas decorrente da decomposição dos esteios de madeira. No limite do alicerce, a partir de onde teria início a parede, a estrutura era nivelada por uma camada de tijolos.

Com base na documentação histórica acreditava-se até então que na construção dos edifícios da Vila

apenas havia sido empregado madeira e taipa. As cobertas seriam em palha.



Figura 10 - Lacuna deixada no alicerce pela desintegração da madeira do esteio.

Este não foi o quadro revelado pela análise das ruínas. Certamente as paredes estruturais da igreja foram em pedra, com esteios de madeira. Grossas madeiras, algumas em sua forma natural, cilíndricas, outras lavradas com cerca de 30cm de lado.



Figura 11 - Marcas deixadas nas paredes que permaneceram em pé, pelos esteios incrustados em seu interior.

Os esteios de madeira nasciam da base dos alicerces, com cerca de 1,70m⁶ de profundidade e elevavam-se até a empena. A profundidade dos alicerces, associada à sua espessura revelam que provavelmente a construção da igreja previa a utilização da nave para abrigar sepultamentos. Uma prática certamente comum no século XVIII.

A escavação arqueológica da área das ruínas revelou ainda outros detalhes da construção da igreja. A decapagem superficial no interior das paredes

revelou a configuração da nave, os altares laterais e a ampla área reservada ao altar mor.

Os arcos construídos em tijolos com argamassa de cal, definiam aquelas áreas reservadas aos sacerdotes. As colunas tombadas preservaram alguns detalhes de adorno que as revestia.



Figura 12 - Tijolos em hemi-círculo.

Tijolos modelados, especialmente confeccionados para formar colunas cilíndricas, na área do altar, traziam ainda parte da pintura colorida também utilizada nas paredes.



Figura 13 - Escavação da área dos sepultamentos.



Figura 14 - Restos das colunas tombadas na área da nave.

A nave da igreja guardava ainda os restos mortais de muitos dos primeiros mazaganistas e seus descendentes. Durante a escavação os restos mortais foram exumados e recolhidos a um mausoléu

especialmente construído no atual cemitério do povoado, para recebê-los.



Figura 15 - Detalhe de parte do frontão da igreja tombado. A escavação detalhada permitiu reconstituir-se virtualmente a fachada da igreja.



Figura 16 - Detalhe da escavação do poço localizado ao lado da igreja.

Vila Vistoza de Nossa Senhora da Madre de Deus

Desde 1763, quando tomou posse como Governador do Grão Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive comandava no Estado a execução do plano de povoar e defender aquelas terras do Norte. Garantir a defesa do acesso ao rio das Amazonas era uma tarefa das mais árduas. Apenas o estabelecimento de povoadores, de colonos fixados na área poderia manter permanentemente forças de defesa. Desde 1751 colonos açorianos haviam sido enviados para Macapá, ponto estratégico de defesa do canal Norte do Rio. A área já havia sido palco de investida de muitos aventureiros. Ingleses, franceses, holandeses já haviam tentado se estabelecer na área. Também os portugueses lutavam por sua posse.

A estratégia adotada desde cedo durante o reinado de D. José I, fora a de buscar povoar a Amazônia. Muitas das missões religiosas foram transformadas em vilas, adotando o nome de vilas portuguesas. Povoados e mesmo vilas foram criadas, sessenta ao todo, apenas entre os anos de 1755 e 1759.

Em 1758 Macapá recebera foro de Vila, mas não dispunha de uma estrutura de defesa suficiente para garantir que estrangeiros viessem a subir o Grande Rio. Em 1761 Gronsfeld elabora o Plano para Macapá, assim como projeta uma fortificação para a Vila. Mas é só em 1764 que um projeto definitivo (Galucio) para aquela fortaleza é aprovado e as obras são iniciadas. Mas a defesa está alicerçada não apenas nas obras de engenharia. Requer homens, requer suporte de mantimentos, sobretudo sob a ótica da 'guerra de cerco'. Outras povoações seriam necessárias para dar suporte a Macapá. Assim é que, em 1767 o Desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão, encarregado pelo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, vem a fundar a Vila Vistoza da Madre de Deus. O local escolhido foi a margem do Rio Anauerapucu, que deságua no Amazonas. Embora distante de Macapá, as vilas podiam se comunicar diretamente através dos rios.

Segundo o relato do próprio Desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão, seis meses foram suficientes para que 112 casas de madeira fossem construídas. Cuidou ainda neste tempo da construção da igreja e da casa do pároco⁷.

Mais tarde, em 1769 quando Mendonça Furtado informa o Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive da decisão de D. José de transferir a população de Mazagão, em Marrocos, para a Amazônia, sugere que o local a ser escolhido para a nova vila seja tal que sua população possa vir a dar apoio às vilas de Macapá e Vila Vistoza⁸.

Do mesmo modo que aconteceu a muitas vilas de então, inclusive na Europa, no século XVIII, Macapá, Vila Vistoza, Nova Mazagão foram assoladas por epidemias.

Também como outras vilas de então, desgostosa com a situação, e provavelmente atribuindo as moléstias aos 'maus ares', a população migrou, e a antiga vila desapareceu.

Da vila, entretanto, de sua localização, já não restava memória. O levantamento documental trouxe à luz apenas documentos textuais; até o momento, nenhuma iconografia.

A prospecção sistemática realizada, alicerçada na documentação textual, permitiu a localização de ruínas às margens do rio atualmente conhecido como Vila Nova.

O estudo da nomenclatura dos rios da região e as alterações que se pode perceber, nos permitem admitir, a hipótese de que este rio seria o mesmo referido na documentação setecentista às margens do qual fora erguida a Vila Vistoza da Madre de Deus.

Em meio à mata foram localizadas ruínas de uma construção em pedras, com características muito semelhantes, ou diria mesmo com a mesma técnica de construção das ruínas da igreja estudada nas proximidades do povoado de Mazagão Velho.

Até o momento apenas foram realizadas as prospecções preliminares e a limpeza da área no entorno da ruína. Cuidou-se nesta etapa do trabalho de buscar afastar a vegetação envolvente em um perímetro de segurança para as estruturas.



Figura 17 - Área onde foram localizados os primeiros remanescentes das ruínas.



Figura 18 - Paredes em pedra



Figura 19 - material arqueológico (faiança grossa) encontrada em uma 'roça', nas proximidades.

Da Vila Vistoza da Madre de Deus, resta apenas a memória inscrita nos documentos. Diante da população atual nem mesmo se mantêm as memórias transmitidas através das gerações. O quanto resta do traçado da antiga vila, de suas construções não se sabe ao certo. Abandonada, foi tomada pela mata que hoje esconde pelo menos parte de suas ruínas; vestígios daqueles tempos que poderão ser resgatados arqueologicamente.

A descoberta destas ruínas poderá ser o primeiro passo para se identificar a antiga Vila Vistoza e

recuperar-se parte da história que não foi escrita em palavras mas poderá ser reescrita através de seus elementos materiais preservados pelo registro arqueológico.



Figura 20- Aspecto da ruína, já com a vegetação afastada.



Figura 21 - Outro aspecto das paredes em ruínas.

Referências

¹ Planta da Fortaleza de São José de Macapá que mostra o Estado em que se achava a Construção das Obras projectadas quando no Anno de 1773 se mandarão suspender. Explicação - Obra exterior projectada sobre engradamento em terreno pantanoso

² Alcântara, Dora Monteiro e Silva, 1931. Fortaleza de São José do Macapá. Rio de Janeiro, H. J. COLE, 197924P. ilustrações, desenhos e plantas

³ “Com estas famílias ordena El Rei Nosso Senhor, que se estabeleça uma nova Povoação na Costa septentrional das Amazonas, para se darem as mãos com o Macapá, e com Vila Vistoza.” Carta de 16 de Março de 1769, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando o governador do Grão Pará, Fernando da Costa de Ataíde e Teive da decisão régia de abandonar a praça marroquina e de transferir os seus moradores para o Pará.

⁴ “Entre os Rios que vem por aquelas partes buscar as Amazonas lembrar o Mutuacá, o qual tendo campo

capazes de gado e criações, parece o mais próprio, mas sempre será necessário que V. S^a mande explorar por pessoas capazes, que possam bem conhecer a terra, se é capaz de creações e de produzir fructos para que os nossos moradores vivão em abundância, para se tirarem para sempre da miséria, em que nascerão, e se crearão.” Carta... op cit.

⁵ Araújo, Renata Malcher As cidades da Amazônia no século XVIII. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1998.

⁶ Foi possível determinar a profundidade dos alicerces divido ao espaço gerado pela decomposição dos esteios de madeira.

⁷ “no breve espaço de seis meses a edificou com 112 casas armadas de madeira para os seus habitantes, Igreja preparada para os mesmos ouvirem missa, com casa de residência para o Parocho, tudo feito em bela Regularidade...” AHU, Pará Caixa 818 / 28 de junho de 1767. Residência do Desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão Aplud Araújo, op. cit.

⁸ que a Nova Vila de Mazagão se fizesse “para se darem as mãos com o Macapá, e com Vila Vistoza.” Apud Araújo, op. cit.

Maiores informações sobre estas pesquisas podem ser obtidas em:

www.magmarqueologia.pro.br

E-Mails do Autor

marcos @magmarqueologia.pro.br

Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico – Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

COMO CITAR ESTA OBRA:

ALBUQUERQUE, Marcos. Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá. **ARC - Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, Olinda, v.1, n. 6, p. 313-319, 2007. Número dedicado aos trabalhos do III Simpósio de técnicas avançadas em conservação de bens culturais, Olinda, 2006. Disponível em:
< http://www.restaurabr.org/arc/arc06pdf/05_MarcosAlbuquerque.pdf > Acesso em: 16 set. 2008.